



CARMEN SOUZA
carmensouza.df@dabr.com.br



2025 em negrito

Integrantes da Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira-DF) indicam os destaques do ano passado ligados à temática negra

Reparação em pauta e o desafio de transformar palavra em política

Quantos sentidos abrange a palavra “reparação”? Quem acompanha o desenvolvimento das políticas de igualdade racial no Brasil, ou está minimamente atento aos debates mais recentes da pauta, certamente ouviu essa palavra inúmeras vezes em 2025.

O termo compôs ou direcionou os temas dos principais debates da agenda no país, como a 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de 15 a 19 de setembro em Brasília, com o tema “Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial”, e a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, que reuniu mais de 300 mil mulheres “por Reparação e Bem-Viver” em 25 de novembro, também em Brasília. Houve ainda debate no Legislativo, que aprovou a PEC 27/2024, criando o Fundo Nacional

de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial, além da discussão sobre ações de reparação do Banco do Brasil, cobrado pelo Ministério Público Federal por seu envolvimento no tráfico transatlântico de escravizados no século 19.

Trazer essa palavra para o jogo político vai muito além do impacto simbólico que ela carrega. Reforça, sobremaneira, que o debate racial passa pela economia. Seja indicando a necessidade de maior aporte orçamentário às políticas existentes, seja pela ampliação das possibilidades de ação política do Estado, seja, ainda, pela tentativa de mensurar o custo do racismo para o país. Fato é que destrinchar os sentidos contidos na palavra “reparação”, consubstanciando o amadurecimento do debate em torno deles, pode ser

Fotos: Gilberto Soares



um dos grandes ganhos sociais da ascensão desse termo. É possível também que isso enseje respostas políticas mais estruturantes



Trazer a palavra reparação para o jogo político vai muito além do impacto simbólico que ela carrega. Reforça, sobremaneira, que o debate racial passa pela economia”

ao racismo brasileiro, fenômeno tão antigo quanto atual, que afeta diretamente pelo menos 53% da população do país. É justo (e urgente) que assim aconteça. Aguardemos.

CECÍLIA BIZERRA SOUSA
Servidora pública federal da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais

A mulher negra intelectual que sabia pretuguês

Aqui e lá — algo diferente e parecido ou vice-versa — aconteceu.

Aqui, em Brasília, mulheres marcharam. Lá no Rio, mulheres marcharam.

Aqui foi por reparação e bem-viver. Lá no Rio, foi por reparação e bem-viver.

As daqui marcharam sobre a Esplanada dos Ministérios. Lá no Rio, marcharam sobre o assoalho da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Aqui, em Brasília, eram todas por uma. Lá no Rio, era uma por todas.

Aqui, em Brasília, 10 anos as separavam da primeira edição de um evento que reuniu a todas em uma histórica manifestação política: a Marcha das Mulheres. Lá no Rio, foram 128 anos sem que ABL abrisse as portas e puxasse uma cadeira para uma mulher negra sentar-se. E se tornasse, enfim, imortal.

Aqui, em Brasília, um documento reuniu as suas reivindicações: o Manifesto Econômico reafirma que “para nós, reparação e

bem-viver caminham juntos. Reparar é enfrentar a dívida histórica que o Brasil mantém com a população negra e bem-viver é transformar essa reparação em futuro, onde dignidade, justiça e comunidade sejam o solo firme de onde partimos para existir e construir coletivamente”. Lá no Rio, a dívida histórica era afrontada por um documento com quase mil páginas que atendia pelo nome de livro, que, por sua vez, atendia pelo nome de *Um defeito de cor*.

A autora, nascida em Minas Gerais, Ana Maria Gonçalves, rompia, pela primeira vez, para fins de ABL, com um pacto silencioso que homogeneizou as letras e palavras e literaturas e escritoras de um país plural. Colocou-se e foi colocada na cadeira 33, empunhando o título de “primeira”.

Aqui, em Brasília, as participantes da marcha eram 300 mil, segundo estimativas, vindas de todas as regiões e de quase 40 países, mundo afora. Falavam no microfone, no megafone, no chão de asfalto, em cima



do trio elétrico. Falavam por música, gesto, grito, batucada, roupas, etnias, bandeiras erguidas, gênero e classe, corpo-território.

Lá no Rio, as palavras foram ditas de um púlpito que se inaugurava, abria, estreava para pés dissidentes. As palavras de Ana Maria Gonçalves foram insubmissas, como é de bom tom que sejam as



As daqui marcharam sobre a Esplanada dos Ministérios. Lá no Rio, marcharam sobre o assoalho da Academia Brasileira de Letras (ABL)”

palavras de quem vive no mesmo tempo de Conceição Evaristo.

Lá no Rio, Ana Maria Gonçalves vestiu o fardão confeccionado nos barracões da escola de samba que levou sua obra-prima para carnavalizar na avenida, em forma de samba-enredo. Lá no Rio, ela foi reconhecida em um espaço de poder, o panteão das palavras, como intelectual, sim e, portanto, apta e capaz de ocupá-lo. Aqui, em Brasília, também. A mulher negra intelectual que sabia pretuguês.

WALESKA BARBOSA,
Jornalista e escritora